



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005703-55.2014.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações**  
Requerente: **CARMO MARCHETTI**  
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantinha linha telefônica junto à ré, arcando com custo mensal médio de R\$ 70,00 para o seu uso até julho/2013, o qual foi majorado para R\$ 230,00 a partir daí.

Alegou ainda que realizou duas contratações com a ré a propósito desse serviço, uma em setembro/2013 que importou a redução do valor mensal a ser pago para R\$ 93,90 e outra em janeiro/2014 que importou a modificação do valor para R\$ 110,00.

Não obstante, a ré ao longo do tempo sempre cobrou valores superiores aos ajustados, sem embargo das inúmeras reclamações que dirigiu a ela para a reversão do problema, sem êxito.

Almeja à restituição em dobro do que lhe foi indevidamente cobrado e ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A ré em contestação refutou qualquer falha na prestação de seus serviços, asseverando que as cobranças que levou a cabo estavam em consonância com o que foi convencionado com o autor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Observou-se a fl. 160 que na peça de resistência a ré admitiu somente o contrato com o autor em setembro/2013 para pagamento de R\$ 93,90 ao mês, silenciando sobre o acertado pelas partes em janeiro/2014 (alteração do valor para R\$ 110,00).

Foi por isso instada a manifestar-se especificamente sobre tal questão, mas não o fez, como se vê a fls. 162/163.

Tal omissão, reiterada e injustificada, leva à presunção de veracidade do que foi assentado no particular pelo autor diante da ausência de impugnação a esse respeito.

Aliás, não é crível que o autor forjasse essa situação a seu prejuízo, porquanto como a partir de fevereiro/2014 deveria pagar valor maior (R\$ 110,00) do que o previsto anteriormente (R\$ 93,90) receberia em consequência montante inferior se esse último (R\$ 93,90) continuasse prevalecendo.

Por outro lado, o teor da gravação amealhada pela ré deixa claro que os termos da contratação eram compatíveis com o relato exordial, inexistindo amparo às cobranças a maior que promoveu.

Ela, inclusive, não demonstrou concretamente a existência de lastro que lhes desse legitimidade.

O quadro delineado conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

A devolução das quantias pagas a mais pelo autor impõe-se, tomando-se como parâmetro o demonstrativo de fl. 170 à minguia de impugnação a seu propósito porque abarca todas elas.

Essa restituição, porém, não se dará em dobro.

A propósito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

Outrossim, os pleitos de fls. 176 e 189/190 merecem agasalho, pois a ré em momento algum esclareceu por qual razão dirigiu cobranças ao autor relativas à linha 3307-4862.

Esses valores (R\$ 109,42 e R\$ 39,16 – fls. 181/182, 184 e 192/194, respectivamente) deverão ser somados para fins de devolução ao autor, perfazendo o total de R\$ 1.603,95.

Já a reparação dos danos morais é de rigor.

A dinâmica fática trazida à colação denota que a ré não dispensou ao autor o tratamento que seria de esperar-se, expondo-o a frustração de monta e muito superior aos meros dissabores inerentes à vida cotidiana.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

O autor viu-se diante de situação manifestamente desagradável e que se prolongou por tempo demasiado sem que nada o justificasse, o que o afetou como de resto afetaria qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

Faz jus, portanto, ao ressarcimento daí decorrente.

O valor da indenização será fixado em consonância com os critérios usualmente observados em situações análogas (condição econômica dos litigantes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado).

Fixo-o em R\$ 4.000,00.

Por fim, considerando o cancelamento das linhas aludidas (fls. 177 e 191) e a devolução do computador entregue ao autor (fl. 186), considero despidendo qualquer outro pronunciamento sobre o que foi trazido à colação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 1.603,95, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**